



# Anais da Assembléia

N. 31

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 28 DE ABRIL DE 1988

ANO XIV

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 25.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1.988  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pela Senhora Deputada Vera Agibert e pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Aníbal Knury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zarusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pesutti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quilse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valdeir Mendes Vilela e Warner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SRA. 1.<sup>a</sup> SECRETÁRIA - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO N° 656

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor

Luiz Sibut Gomide, Digníssimo diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, solicitando a implantação de um sistema de eletrificação rural na localidade de Sete Salto de Baixo, Município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28.04.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

### JUSTIFICATIVA:

Em atendimento a solicitação formulada pela população da localidade de Sete Salto de Baixo, situado no extremo leste do Município de Ponta Grossa, divisa com o Município de Campo Largo, com acesso pela estrada do Itaiacoca, com variante à direita no sentido Mato Queimado, apresentamos este requerimento com escopo de conseguir uma solução para o problema que afeta aquela comunidade.

São cerca de 70 famílias que habitam a referida localidade e ainda não contam com a eletrificação em suas casas, porém, apesar de seus esforços para conseguir levar a energia elétrica até suas residências não têm condições financeiras para arcar com os altos custos que a obra exige, pois, se faz necessário aproximadamente 4 quilômetros de linha de alta tensão para que se implante a eletrificação rural naquele local.

Temos certeza de que, com a chegada da energia elétrica para a comunidade de Sete Salto de Baixo, estará chegando juntamente o seu desenvolvimento social, evitando desta maneira, a ocorrência do êxodo rural.

#### REQUERIMENTO N° 659

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a instituição de um "Grupo Parlamentar de estudo sobre a competência legislativa concorrente do Estado", tendo em vista dispositivo já aprovado pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, do art. 26 do projeto da Nova Carta Federal.

Sala das Sessões, em 28.04.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO N° 660

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência - LBA, solicitando gêne-

ros alimentícios para a Casa da Sopa - CEMIC de Goioerê.

Sala das Sessões, em 28.04.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

**JUSTIFICATIVA:**

O CEMIC de Goioerê é uma entidade assistencialista que presta relevantes serviços àquela comunidade. Em função de dificuldades financeiras, necessita de auxílio na forma de doação de gêneros alimentícios para continuar prestando serviços ao povo daquela progressista Cidade e Região.

**REQUERIMENTO N° 661**

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor doutor Antônio Acir Breda, Digníssimo Chefe da Casa Civil, solicitando resposta ao requerimento de minha autoria, datado do ano de 1987, pedindo realização de estudos para a criação de seguro para agricultura, visando proteger os agricultores que tenham suas safras frustradas.

Sala das Sessões, 28.04.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

**JUSTIFICATIVA:**

No ano de 1987 apresentei requerimento, aprovado por esta Casa de Leis, pedindo a elaboração de estudos visando a criação de seguro para agricultura, e até a presente data não recebemos resposta ao referido requerimento.

**REQUERIMENTO N° 662**

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Qais Tawfic Almkhfr (SES - Av. das Nações, lote 64 - Brasília - DF, CEP - 70000), Digníssimo Embaixador da República do Iraque, protestando pela utilização por parte daquele governo de armas químicas na guerra Irã-Iraque.

Sala das Sessões, em 28.04.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

**JUSTIFICATIVA:**

A utilização de armas químicas é condenada pelos tratados internacionais firmados junto à Organização das Nações Unidas. Ao recorrer à utilização de armas químicas, o Iraque vem vitimando centenas de civis iranianos em cidades e aldeias, ferindo dispositivos da legislação internacional e a própria consciência humana.

**REQUERIMENTO N° 663**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando a concessão de uso pelo Country Club, do poço artesiano localizado na Av. Coronel Gabriel Jorge Franco, ao lado do reservatório de água no Município de Bom Sucesso.

Sala das Sessões, em 28.04.88.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

**JUSTIFICATIVA:**

Tal solicitação prende-se ao fato de que o Country Club daquele Município não dispõe de um poço artesiano para o seu abastecimento, e nem recursos financeiros para perfuração de um poço próprio do clube.

O poço artesiano localizado na Av. Coronel Gabriel Jorge Franco é pertencente a SANEPAR e encontra-se atualmente em desuso, motivo pelo qual esperamos um parecer favorável desta Companhia, principalmente porque a água que pretende-se utilizar é para o abastecimento da piscina.

**REQUERIMENTO N° 664**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando uma revisão mecânica e reparos na viatura policial do Município de Bom Sucesso.

Sala das Sessões, em 28.04.88.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

**JUSTIFICATIVA:**

A viatura da qual nos referimos é a única que presta atendimento às ocorrências daquele Município, motivo pelo qual se encontra em más condições de conservação, necessitando uma revisão mecânica e a substituição de acessórios e peças, principalmente pneus e bateria.

Pelas razões que se apresentam, e pelo fato de oferecer melhores serviços no setor de segurança pública daquele Município, espera-se um parecer favorável a esta reivindicação.

**REQUERIMENTO N° 665**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja asfaltado o acesso rodoviário do distrito de Luar, no Município de São João do Ivaí, partindo da PR-082 até aquela sede distrital.

Sala das Sessões, em 28.04.88.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

**JUSTIFICATIVA:**

Tal solicitação baseia-se no abaixo-assinado (anexo) dos inúmeros moradores daquele Distrito, os quais vêm enfrentando problemas de transporte, uma vez que o ônibus passa na sede do distrito de Luar, somente em alguns horários, devido as condições da estrada.

Nos dias de chuva, a lama que se forma, dificulta o tráfego de ônibus, muitas vezes até, impede a sua passagem. Na época da seca, o excesso de pó na estrada suja muito o ônibus e incomoda os passageiros.

O trecho a que nos referimos, é de aproximadamente 2 km., ligando a PR-082 ao ponto de ônibus daquele Distrito.

Tratando-se de uma justa reivindicação e, levando-se em conta a dinâmica empreendida no plano desta Secretaria, esperamos que em breve seja executada esta obra, beneficiando e atendendo assim, os anseios daquela comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Como nas sessões matinais não há Pequeno Expediente, nem Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, consultemos à Liderança do PT.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Tonelli, por oito minutos e meio.

O SR. PEDRO TONELLI. - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, demais presentes nesta sessão de hoje...

O SR. HERMAS BRANDÃO. - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) - Tem a palavra pela ordem.

O SR. HERMAS BRANDÃO - Gostaríamos que a Mesa nos informasse se há número regimental para continuarmos a sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) - Para a Mesa informar teria que ser um pedido de verificação de quorum e chamada nominal.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) - Tem a palavra, pela ordem.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA. - Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior). - A Mesa deferirá o pedido de chamada nominal. A Senhora 1ª Secretária procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal).

Vinte e quatro dos senhores responderam à chamada nominal. Há quorum para o prosseguimento da sessão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) Senhor

Presidente, apenas para registrar a surpresa deste Deputado e eu me permito levantar a Questão de Ordem em respeito aos anos que eu tenho nesta Casa, pela surpresa de uma chamada nominal numa sessão matutina de quinta-feira, já contrariando tudo que há de regimental nesta Casa. E na Ordem do Dia vejo que há: trabalho das Comissões. Depois, na convocação para a Extraordinária, também é trabalho nas Comissões. E o Plenário, chamada nominal, não tem nada para se tratar na Ordem do Dia, para se discutir, para ser votado.

Apenas para registrar, Senhor Presidente, a estranheza deste Parlamentar.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem)

Vossa Excelência anunciou que existe número para continuar a sessão. Mas não há número legal para a deliberação.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Nós veremos isto quando estivermos em fase de deliberação. Ex.ª.

Tem a palavra o Líder do PT, por oito minutos e meio.

O SR. PEDRO TONELLI: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, demais presentes à sessão de hoje. Neste domingo reproduzimos o espírito do 1º de maio, histórico, que começou a preocupar há 102 anos passados, na cidade norte-americana de Chicago, onde os operários foram violentamente reprimidos pela polícia da classe dominante da época. O crime destes operários era a luta pela jornada de trabalho de oito horas e a tentativa de vender um pouco mais caro a sua força de trabalho. Demonstrando a solidariedade internacional dos trabalhadores, aquela data, 1º de maio, foi transformada num símbolo da luta dos operários em praticamente todos os países do mundo. Desde então, os trabalhadores comemoram esta data, mas não como um dia de festa, porque normalmente os trabalhadores não têm nenhum motivo para festejar.

Os empresários e os seus governos sempre tentaram desvirtuar o significado do 1º de maio. Às vezes reprimindo as manifestações, não sem antes destruir os sindicatos, levar as lideranças às prisões e assim por diante. Outras vezes, a maneira de desvirtuar é propagandeando um espírito de colaboração com os patrões. Colaboração esta impossível para a existência dos interesses inconciliáveis, que são os que defendem o interesse do lucro e os que defendem o interesse do trabalho.

Mas, o 1º de maio sobreviveu através destes 102 anos. É impossível apagar na memória do trabalhador, ainda mais quando as conquistas dos operários, dos camponeses pobres, dos trabalhadores em geral, são pisoteados e questionados a cada momento pelos empresários, pelos banqueiros e pelos latifundiários. As oito horas de trabalho conquistadas em Chicago não são respeitadas hoje no Brasil e em muitos países no mundo. Mais importante ainda é que essa conquista não avançou para a semana de seis horas por dia, por exemplo.

Em todo o mundo os trabalhadores são reprimidos em termos econômicos, sociais, políticos e culturais. É uma situação comum que determina a unidade de interesse dos trabalhadores em todos os países do mundo e é por isso que o dia 1º de maio, é uma data de interesse dos trabalhadores internacionalmente.

O Partido dos Trabalhadores envia a sua saudação fraterna a todos os operários, camponeses, aos sem-terra, aos trabalhadores explorados da cidade e do campo de todo o mundo, pela passagem dos 102 anos que lembra a luta dos trabalhadores, a luta mais ou menos violenta e que deixou marca na memória dos trabalhadores do mundo todo.

Reafirma no seu compromisso de estar sempre presente no apoio das lutas organizadas da classe trabalhadora, no combate a qualquer modelo que visa explorar a classe trabalhadora e na luta por um mundo sem exploração e na luta por uma sociedade socialista, onde todos têm direitos e deveres iguais e uma sociedade sem explorados e sem exploradores.

Ai sim o espírito do 1º de maio de 102 anos atrás, certamente estará mais vivo na memória dos trabalhadores do mundo todo.

Por isso viva o 1º de maio de 1988 e que esse espírito leve à luta por uma sociedade socialista.

Obrigado Senhor Presidente, obrigado Senhores Deputados.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem). Senhor Presidente, eu solicito a palavra Pela Ordem, apenas para anunciar a presença nesta Casa, o que nos honra muito, das Professoras Carmem Sílvia Ditter, a Diretora Irmã Helena, que também é Professora de História e os alunos do Colégio Beatíssima Virgem Maria, alunos da 7ª e 8ª séries que vêm conhecer a Assembleia Legislativa, vêm conhecer como se processam os trabalhos aqui e é uma satisfação muito grande para todos nós Deputados de todos os Partidos, receber essa juventude, o grande futuro desta País.

O SR. PRESIDENTE - (Ferraz Júnior) Solicito às lideranças partidárias que

ainda não encaminharam à Mesa, indicação dos Senhores Deputados para composição das Comissões Técnicas, que o façam, visto que a prorrogação das Comissões técnicas do ano passado, extingue-se amanhã.

Consulta à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

(DECLINA).

Havendo declinado, consulta à Liderança do PFL.

(DECLINA).

Havendo declinado, consulta à Liderança do PTB;

Com a palavra, o Senhor Deputado Erondy Silvério, no Horário da Liderança do PTB.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Nós vamos proceder à leitura da Carta, que recebemos do ex-Deputado Federal pelo Paraná Alberto Franco Ferreira da Costa.

Sem entrarmos no mérito da questão, porque efetivamente não conhecemos os antecedentes de uma disputa de terras e que já foram objeto de pronunciamento nesta Casa, por parte do nobre Deputado Domingos Scarpellini, não posso me furtar ao dever de proceder à leitura de uma carta que é enviada a este Poder, por um Cidadão ex-Parlamentar da Bancada Paranaense no Congresso Nacional. (Lê):

Como cidadão e ex-Parlamentar, voto todo respeito à Augusta Assembleia Legislativa de nosso Estado.

Por isso, não poderia passar em branco, denúncia feita no plenário, em sessão de 14 do corrente, pelo Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, de que a família Franco Ferreira da Costa estaria perseguindo cerca de cem famílias, antigas moradoras de terras às margens dos rios Sagrado e Carambiú, no Município de Morretes, antiguidade, essa, que pelos seus antepassados, remontaria ao império.

Realmente, em comum com meus filhos, sou proprietário de uma sorte de terras na região, legitimamente adquirida e mantida com seus registros e impostos em dia.

Depois de adquirida a área, como nela havia alguns antigos posseiros, fiz composição amigável com todos eles, cedendo-lhes tratos de terras suficientes para assegurar sua manutenção.

Os reclamantes, porém, de que trata o Deputado José Domingos Scarpellini, não são antigos posseiros nem sucessores de antigos posseiros, mas simples invasores das terras de nossa propriedade, das quais têm sido repelidos pelos meios judiciais cabíveis, sem ter havido, jamais, o emprego de força ou ameaça de prepostos aos mesmos.

Jamais, em tempo algum, em defesa do domínio de nossas terras, houve emprego de

força ilegal ou ameaça à posse de quem quer que seja.

Sempre, desde o início, contra as turbacões e esbulhos havidos, temos recolhido ao Poder Judiciário, dele obtendo medidas reparadoras contra as invasões praticadas.

O uso de força policial, raro, sempre foi precedido, na região, de requisição judicial.

São sem qualquer fundamento, pois, dada venia, as acusações feitas pelo Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, que por certo foi ilaqueado em sua boa fé, por versão afastada da verdade dos fatos, que lhe levaram os se dizentes "posseiros".

Um levantamento no Fórum da comarca de Morretes, poderá confirmar, sem sombra de qualquer dúvida, o que aqui se afirma.

Em homenagem à Augusta Assembléia Legislativa, tomando conhecimento da denúncia em questão, envolvendo o nome de minha família, com alteração substancial da verdade dos fatos, é que me permito, solicitada a devida venia, dirigir-lhe esta carta, com os esclarecimentos acima.

Pondo-me à disposição dos nobres Senhores Deputados para quaisquer esclarecimentos sobre o assunto, agradecendo a atenção que dispensarem à presente, subscrevo-me,

Respeitosamente.

ALBERTO FRANCO FERREIRA DA COSTA.

Sr. Presidente, repito, procedi à leitura deste documento cumprindo um dever de um Parlamentar representante de um segmento da população do Paraná. Não entro no mérito da questão, o nobre Deputado José Domingos Scarpellini deve ter argumentos suficientes para comprovar as acusações que fez no plenário desta Casa. Mas, como conheço a família Franco Ferreira da Costa que tantos serviços tem prestado à coletividade paranaense através da história do Paraná, uma família tradicional, é que não poderia me furtar o compromisso de trazer a esta Casa o documento na esperança de contribuir à elucidação dos fatos.

Eu agradeço a atenção de V. Ex.<sup>a</sup>.

Muito obrigado.

PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Consulto à Liderança do PDT se fará uso do seu Horário.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Esta Casa que recebeu ontem lotação total do pessoal das universidades, recebe hoje também a presença das crianças, destes jovens que vêm acompanhar, ver de per-

to como funciona Assembléia. E nós precisamos mais do que nunca mostrar que os parlamentares aqui vêm para debater assuntos de interesse da comunidade, assuntos dos mais variados temas.

E eu venho para esta tribuna hoje Senhor Presidente e Senhores Deputados fazer um apelo ao Senhor Governador do Estado do Paraná, ao Senhor Secretário de Estado da Administração, à superintendência do IPE no sentido de que revejam a política habitacional do Estado do Paraná, porque nós corremos o risco de nos próximos dias termos aí um verdadeiro caos em termos de habitação no Estado do Paraná. Primeiro, porque, não temos tido incentivos na construção de mais casas.

Em segundo, em especial aos funcionários públicos do Estado do Paraná. Os conjuntos habitacionais que foram construídos através do IPE estão trazendo sérios problemas para aqueles que se colocaram interessados em adquirir essas casas, esses apartamentos. E nós temos percorrido nos últimos dias a capital do Estado atendendo inúmeros convites para vermos de perto a atual situação.

E o que é que nós estamos encontrando? O drama do servidor público porque ele viu os seus salários achatados, mas ele vê todos os meses a sua prestação aumentar. E aí fica realmente muito difícil para o funcionário público. E o Governo é o principal causador desta inadimplência motivada por esta política salarial que o próprio Governo implantou, que corrige o reajuste da casa própria pelo índice da OTN causando com isso uma defasagem salarial em virtude de que o salário foi corrigido bem abaixo deste patamar, causando desta maneira um vácuo muito grande entre o que o cidadão ganha e o que o cidadão paga.

O índice do salário e o reajuste da casa própria Senhor Presidente e Senhores Deputados, é realmente uma situação muito difícil, e que eu estou alertando já pelo conhecimento por ter convivido com o drama destas famílias.

E eu vou citar aqui um exemplo, o Conjunto Bela Vista no bairro da Santa Cândida, na sua maioria ocupado por professores, a prestação que era de Cr\$ 5 mil pulou para Cr\$ 17, 18, 22 mil cruzados, como é que um morador, um funcionário público vai pagar uma prestação? Esse ainda é um conjunto que poderíamos taxar de classe A, o conjunto classe B e C, que é o conjunto Curitiba, localizado no bairro do Cajuru, onde estivemos, na última segunda-feira, em mais uma reunião com os moradores, onde os mesmos pagavam prestação de apenas 1 mil e 700 cruzados porque, na verdade havia um impasse para a liberação deste conjunto e aí então liberaram para as pessoas que fizeram as inscrições, para que

ocupassem, provisoriamente aquele conjunto, pagando, durante um ano uma prestação simbólica de 1 mil e 700 cruzados, e na época se pedia uma renda familiar de 5 mil cruzados.

Hoje, para se fazer um novo cadastramento, para se fazer uma correção nestas prestações, exige-se uma renda familiar de 51 mil cruzados, e nós sabemos que grande parte do pessoal que mora neste conjunto especialmente, neste caso, que é um conjunto em que moram, policiais, aposentados, viúvas, policiais que não ganham 50 mil cruzados, e aí se faz a política, e incentiva-se até, o brasileiro a ser desonesto, porque se permite que ele pegue uma renda familiar de um irmão, de uma irmã, de um parente, para anexar no cadastro. Depois o que é que acontece? A prestação é feita, calculada em cima desta renda familiar, mas ele que mora na casa, ele que vai pagar a prestação, só ganha 20 mil cruzados e vai pagar uma prestação de 13 mil cruzados. Aquele que o ajudou a completar a sua renda familiar, não tem nada com isso, apenas prestou um favor. No entanto cria realmente este dilema para os moradores! E o conjunto Curitiba, em especial, no Bairro Cajuru, é formado por famílias de renda mais baixa, de polícia, de aposentados, de viúvas; e é um conjunto do IPE.

Então, neste sentido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tem um requerimento meu na Mesa, que eu peço à Bancada do PMDB, que vote favoravelmente porque estamos encaminhando ao Secretário de Estado da Administração, ao Governo do Estado, ao Presidente do BANESTADO, ao Superintendente do IPE, para que revejam determinadas situações de famílias de funcionários públicos, que tiveram os seus salários achatados no decorrer destes últimos anos, que não acompanhou a inflação!

Porque não se admite que uma pessoa que ganhe 11 mil cruzados vá pagar uma prestação de 13 mil cruzados!

O SR. NESTOR BAPTISTA - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Concedo o aparte ao Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência, Deputado Algaci Túlio faz um depoimento importante na manhã de hoje, não há dúvida nenhuma que a defasagem salarial é indiscutível em todas as classes trabalhadoras, e o problema moradia é dos mais sérios que temos em todo o País; o Paraná não é diferente, se bem que o Governo do Estado desenvolve um trabalho, em todo o interior com o Projeto Mutirão, um trabalho também através da COHAPAR, na captação

de recursos, junto à Caixa Econômica, no sentido de mais moradias.

O problema da Capital é gravíssimo! Vossa Excelência sabe e conhece muito bem o grande êxodo rural, o homem não quer mais ficar no interior, quer vir para a Capital e a impossibilidade de atendimento acaba ficando muito grande!

E, eu compartilho com a preocupação de Vossa Excelência com relação aos constantes aumentos das prestações e a grande distância salarial!

Ficam aqui, portanto, os meus cumprimentos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado, Senhor Deputado. Fica, portanto, aqui este registro e dizendo que lamentamos profundamente a maneira como se faz, a maneira como se incentiva o brasileiro a ficar desonesto. Ora, se o cidadão não tem um cadastro, não tem uma renda familiar para se habilitar a um determinado tipo de moradia, se permite que ele pegue de uma pessoa da família uma segunda renda familiar para completar. E vejam o cúmulo da coisa: se o cidadão que se habilita à casa só tem renda familiar de 20 mil cruzados, mas o que fez, o que completou, e ajudou com uma renda maior, vejam que barbaridade, este que completou com uma renda maior não tem nada, absolutamente nada, não é um avalista, não é absolutamente nada! Vai recair o problema, o prejuízo em cima de quem? Realmente é o proprietário de quem se habilita a comprar essa moradia. Por isto fica aqui o apelo a este requerimento para que o Governo do Estado, o IPE, o BANESTADO e a Secretaria de Estado da Administração vejam com carinho, para que não venhamos, de repente, a constatar um número muito grande de despejos de funcionários públicos porque não podem pagar a prestação da sua casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - No Horário da Liderança do PMDB está com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Quero agradecer Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao Deputado Dirceu Manfrinato pela cortesia e gentileza de me ceder, ao lado do Líder do governo o Horário da Liderança do PMDB.

Venho fazer um apelo os Senhores Deputados, quanto a CPI para averiguar as possíveis irregularidades, dentro da Universidade Estadual de Londrina, já sabendo que teria chegado às mãos do Governador, na tarde de ontem, um dossiê, contendo mais algumas irregularidades e sabendo que o Governador Álvaro Dias vai fazer uma co-

letiva com a imprensa de todo o Estado do Paraná, para mostrar, dentro desse dossiê, uma vergonha que realmente vai paralisar a opinião pública paranaense.

Se de um lado o governo está descobrindo determinadas irregularidades dentro da universidade da minha cidade uma série de desmandos dentro da Universidade Estadual de Londrina, é chegado a hora da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tanto os Deputados do PDT, do Partido da Frente Liberal, do Partido Trabalhista Brasileiro, do Partido Liberal, do Partido Trabalhista e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, se unirem e escolherem, dentro desta Casa, Deputados, e com a assessoria da Presidência desta Casa, mas uma assessoria competente, para que daqui saiam, cheguem a Londrina, fiquem lá o tempo necessário e façam uma devassa dentro da Universidade Estadual de Londrina.

Se o governo apurou irregularidades, nós temos que dar o direito aos professores, temos que dar o direito ao Reitor para que esta CPI possa demonstrar quem está falando a verdade, se é o Governo ou se é a Universidade. E após o que for efetuado e concluído, o Senhor Deputado Nestor Baptista, que o governo vá à imprensa, aos jornais, às emissoras de rádio e à televisão e que fale a verdade, não o Governador mas a CPI da Assembléia Legislativa, que vai ter que ter o direito de ir à imprensa fazer uma coletiva e apresentar as verdades dos fatos.

E quanto a autonomia, uma coisa me chama a atenção. Poderia até ter falado ontem, com as galerias lotadas, mas não, quero colocar aqui o meu ponto de vista.

Eu sou a favor Senhores Deputados, meu Líder, eu sou a favor de que toda a universidade deve ter a sua autonomia. Para isso existe o Tribunal de Contas, para apurar as irresponsabilidades.

Por exemplo, o Governo faz um Conselho com homens honestos, decentes, de caráter, que têm vergonha na cara, mas que trabalhem. Se for preciso pague pessoas para trabalhar, e não para ficar passeando, não para ficar gastando o dinheiro do governo. Para cumprir com as suas determinações.

Muito bem. O Conselho formado por um Deputado, por um homem do Governo, por um homem da comunidade de Ponta Grossa, de Maringá, de Londrina, muito bem. Esse Conselho recebe o dinheiro da universidade e este dinheiro é repassado para a universidade, o hospital universitário que é o maior hospital do Brasil, que atende todo o Brasil e não recebe dinheiro de Prefeito nenhum do Paraná. Quer dizer, o hospital é usado, e eu mesmo uso este hospital.

Vejam bem, para que este dinheiro passando para vários setores da universidade,

a mesma irá aplicar naquilo que achar conveniente de ser feito para crescer, aumentar e dar realmente subsídios para o ensino universitário do Paraná. Depois que se preste conta a esse conselho, o mesmo prestará conta ao Tribunal de Contas, se alguém roubou, coloque-o na cadeia, porque lugar de ladrão é na cadeia! Agora, do Tribunal de Contas, todo mundo fala: é isso, é aquilo!

Como o Tribunal de Contas é isso, é aquilo? Se o Deputado Dirceu Manfrinato entrou com uma denúncia no Tribunal de Contas, que os Vereadores de Cianorte estavam usando gasolina da Prefeitura, o Tribunal de Contas deu parecer e os Vereadores de Cianorte vão ter que devolver a gasolina usada indevidamente da Prefeitura Municipal, para "fazer média com o Prefeito", para fazer politicagem em cima do Prefeito de Cianorte.

Depois eu sou o mentiroso, o Deputado Dirceu Manfrinato é mentiroso. O Tribunal de Contas está aí, e ele tem que se valer, ser responsável e apurar as verdades.

Então, eu quero que os Senhores entendam, que eu sou a favor da autonomia, eu acho que a universidade tem que ter a sua autonomia. Mas o Governador tem razão, o dinheiro que ele irá dar às universidades tem que ser fiscalizado. Mas, fiscalização: tem que ser feita por quem? Pelo Tribunal de Contas, eles também ganham bem.

Ora, todo mundo fala que o Deputado ganha bem! Os Desembargadores não ganham bem, também? O Tribunal de Contas não ganha bem, também? Ora, até quando! Se o Tribunal de Contas ganham bem, a missão deles é fiscalizar para onde vai o dinheiro ora! Então eu sou a favor da autonomia, mas sou a favor de uma autonomia honesta, e decente, que se apure aonde vai o dinheiro, não pegar dinheiro para mordomias, para viagens, para festas, como eu estou sabendo do caso de uma charrete, dos cavalos bonitos. E logo, logo virei aqui, falar sobre a charrete e os cavalos, todos tem a sua hora. Então, sou a favor, desde que com responsabilidade e dignidade, que se saiba aonde vai o dinheiro.

Com a palavra o Deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Nobre Deputado

Luiz Carlos Alborghetti, nossas opiniões são muito semelhantes a respeito da autonomia das universidades, eu concordo com a CPI, colocarei a minha assinatura no requerimento, criando a CPI e posso afirmar mais ainda: os demais reitores, também concordam que as CPI's sejam estendidas nas demais universidades, porque eles querem provar a honestidade do trabalhador que realizaram. Agora quanto ao controle e a fiscalização, eu continuo dizendo: o Go-

verno já possui os instrumentos legais para fiscalizar a aplicação de dinheiro nas universidades, e Vossa Excelência tem toda a razão, o Tribunal de Contas está aí exatamente para isso.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) - O Deputado Luiz Carlos Alborghetti tem 1 minuto para concluir.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência me concederia 10 segundos?

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Pois não!

O Sr. Nestor Baptista - Apenas, já que Vossa Excelência falou do Tribunal de Contas, hoje ou amanhã o Tribunal de Contas envia ao Governador do Estado um relatório de uma auditoria, que terminou me parece ontem, nas universidades e principalmente na Universidade de Londrina. Muita coisa vai ser apresentada, muita verdade vai aparecer meu caro Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Então é isso que eu quero, Deputado Nestor Baptista, por exemplo eu acho que pode se pegar o dinheiro, aplicar nas universidades, que se forme um Conselho de Senhores Deputados, Conselho de homens honrados, sérios.

Muito bem, veio o dinheiro? Quanto é? 100 milhões! Vai passar quanto para o hospital universitário? Cinco! Dez para lá, 10 para cá, depois que se preste conta para esse Conselho. O Conselho vai ao Tribunal de Contas, e esclarece: Nós gastamos aqui, aqui, aqui! Se houver alguma falha, o Tribunal de Contas vai averiguar. Não Senhor, o Senhor colocou a mão nesse dinheiro aqui, vai ter que devolver, se não irá para a cadeia! E o que aconteceu em Cianorte, descobriram que os homens estavam "usando indevidamente gasolina", agora foi provado e os homens vão ter que devolver a gasolina, o Tribunal de Contas está aí é para fiscalizar, não é para brincar. Só para completar.

Eu só queria dizer aos Senhores que sou a favor da CPI. Esta CPI tem que sair imediatamente para se apurar quem está falando a verdade.

Muito obrigado, Senhor Presidente pelo tempo que Vossa Excelência me cedeu.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

A ORDEM DO DIA ESTÁ DESTINADA  
A TRABALHO DAS COMISSÕES

Sobre a mesa, requerimento nº 654, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 656, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 659, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 661, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 662, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 660, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 664, de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 663, de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 665, de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. Em votação. - Aprovado.

O Sr. Edmar Luiz Costa - (Pela Ordem) Requerimento verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Antônio Costenaro Neto, queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Dez Deputados aprovam, nenhum rejeita. Não há quorum para deliberação, nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 50/87.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 167/85 e dos Projetos de Lei nº 125/87, 148/87, 365/87, 01/88, 56/88 e

do Projeto de Resolução nº 39/88.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 69/86, 226/86, 180/87, 285/87, 341/87, 44/88 e do Projeto de Resolução nº 49/87.

Levanta-se a sessão.

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 007.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1988.  
QUINTA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pela Senhora Deputada Vera Agibert e pelo Senhor Deputado João Arruda.

Às onze horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Anibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Messadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zamusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pesutti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiat-

ti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quis-se Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valde-ri Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, e o Termo de Ata, os quais são aprovados sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Não havendo expediente a ser lido,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

A ORDEM DO DIA ESTÁ DESTINADA A TRABALHO DAS COMISSÕES.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 02, à hora regimental, com a Ordem do Dia anteriormente anunciada.

Levanta-se a sessão.